



**Projeto Pedagógico do Curso de
Pós-Graduação *Lato Sensu* em
Direito Digital e Proteção
de Dados**

- EAD -

**Curitiba/PR
Abril/2023**

Mantenedora
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA – e-MEC 18437
CNPJ: 32.163.997/0001-97

Mantida
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO – e-MEC 1759

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1396, de 04/07/2001,
(publicada em Diário Oficial da União de 09/07/2001).

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 827, de 22/03/2002,
(publicada no DOU em 27/03/2002).

Portaria de Recredenciamento nº 65, de 18 de janeiro de 2017,
(publicada no DOU em 19/01/2017).

Credenciamento em Gran Centro Universitário – UniBagozzi,
Portaria nº 402, de 03 de junho de 2022,
(publicada no DOU de 06/06/2022, Seção 1, Edição 106, Página 141).

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO DIGITAL E PROTEÇÃO DE DADOS
Modalidade a Distância

1. Perfil Institucional

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

Quadro 1 – Identificação da Instituição de Ensino Superior – IES

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA: GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA, CNPJ: 32.163.997/0001-97
Endereço: Luiz Parigot de Souza, nº 961 Bairro: Portão Cidade: Curitiba UF: PR
CEP: 81.070-050 Telefone: (41) 3521-2727

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.1.1. Base Legal da Mantenedora

O Gran Centro Universitário é uma Instituição de Educação Superior (IES), mantida pelo Gran Centro Universitário LTDA. Trata-se de uma sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos. O Contrato Social da Mantenedora é registrado na Junta Comercial do Paraná, por meio do Registro nº 20227646223, datado de 09/11/2022, com o código de verificação nº 12214549000 e NIRE de nº 41208940492.

1.1.2. Base Legal da IES

Quadro 2 – Identificação da Mantenedora

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA
CNPJ:	32.163.997/0001-97
Código e-MEC:	18437
Endereço:	Rua Luiz Parigot de Souza, 961, Portão, Curitiba, PR, CEP: 81.070-050
Data da Fundação:	03 de dezembro de 2018
Natureza Jurídica:	Sociedade Empresária LTDA – Com fins lucrativos

DIRIGENTE DA MANTENEDORA					
Dirigente:	Gabriel Granjeiro				
Cidade:	Brasília	UF:	DF	CEP:	81.070-00
Fone:	(41) 3229-1181				

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

Quadro 3 – Identificação da Instituição Mantida

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO
e-MEC:	1759

DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO MANTIDA					
Reitor:	Gabriel Granjeiro				
Endereço:	Rua Caetano Marchesini, nº 952				
Cidade:	Curitiba - Paraná	UF:	PR	CEP:	81.070-050
Fone:	(41) 3521-2727		Fax:	(41)3521-2700	

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.2. PERFIL E MISSÃO DA IES

Missão: *Mudar vidas por meio da Educação e da Tecnologia.*

Visão: *Ser a plataforma tecnológica que mais impacta a educação brasileira.*

Valores:

- *Tudo se resume a pessoas servindo outras pessoas;*
- *Somos obcecados pelos nossos alunos;*
- *Inovação é obrigação;*
- *Integridade não tem preço;*
- *Aqui, estamos sempre no 1º dia.*

1.3. BREVE HISTÓRICO DA IES

1.3.1. O Gran Centro Universitário

O Gran, uma EdTech brasileira que tem como missão mudar a vida de seus alunos por meio da educação e da tecnologia. A companhia, que completou 10 anos em 2022, é jovem, mas já tem um histórico sólido e de destaque, inclusive internacional. Foi reconhecida como a 5ª empresa mais inovadora da América Latina pela FastCompany, possui tecnologia de ponta que tem democratizado o ensino em todo o país e alcançou números que denotam sua vasta expertise de oferecer educação e ferramentas de excelência, mudando a vida de dezenas de milhares de alunos na última década.

A paixão por mudar vidas é o eixo condutor para qualquer movimento feito pelo Gran e os meios dessa transformação são a educação e a tecnologia, com ferramentas de aprendizagem pensadas em levar o melhor conteúdo, aliado a instrumentos que potencializam o estudo e aceleram o aprendizado. Desta forma, as TICs (**Tecnologias de Informação e Comunicação**) são essencialmente valorizadas pelo Gran, pois geram o acesso ao conhecimento e multiplicam as possibilidades de interação, ensino e aprendizado à comunidade acadêmica que, munida dessas ferramentas, torna a aprendizagem ativa e passa a protagonizar o processo educativo.

1.4. VOCAÇÃO GLOBAL

Os princípios e as ações a serem delineadas são fundamentais para que o **Gran Centro Universitário** promova as alterações necessárias à implementação das mudanças na busca de uma Instituição que seja fruto, permanentemente, do engajamento de suas metas/objetivos propostos pela comunidade acadêmica **Gran**. Dentre os objetivos globais traçados, destacam-se:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar cidadãos e profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção nas respectivas carreiras e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento pessoal, cultural e profissional e possibilitar sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais e desenvolver ações afirmativas para a promoção de igualdade de condições com vistas à inclusão social.

2. Coordenação do Curso

Mariana Almeida de Sousa Talouki

Doutora em Direito em Cibersegurança pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Mestre em Direito Constitucional pela Unifor/CE. Coordenadora-Geral de Relações Institucionais e Internacionais da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

E-mail: mariana.talouki@anpd.gov.br

Telefone: (61) 98229-1985

5

3. Dados do Curso

Nome do curso: DIREITO DIGITAL E PROTEÇÃO DE DADOS

Modalidade: EAD

Carga horária: 360 h (disciplinas) + 40h (trabalho de conclusão de curso)

Periodicidade: oferta permanente

Período: 6 a 24 meses

4. Aspectos Gerais do Projeto Pedagógico

4.1. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

As denominadas novas tecnologias têm gerado desafios que acabam por vindicar a ingerência do Direito. Isso porque, com o crescimento progressivo do acesso à internet, as atividades realizadas nesse ambiente necessitam de análise e regulamentação. As possíveis querelas entre valores como segurança, privacidade e neutralidade da rede são exemplos disso. Assim, dada a sua aplicabilidade, multidisciplinaridade e transversalidade é que o Direito Digital é de importância fundamental para a vida profissional de todo jurista, quer ele atue no setor público, quer no privado.

4.2. OBJETIVOS DO CURSO

4.2.1. Objetivo Geral

Aprofundar os conhecimentos jurídicos relativos ao Direito Digital e Proteção de Dados nos âmbitos global e nacional, a fim de capacitar o estudante sobre fundamentos e legislação sobre o tema.

4.2.2. Objetivos Específicos

- Demonstrar a importância das atividades ocorridas no ambiente cibernético para o Direito, a partir do estudo do complexo de normas, regulamentos, acordos e tratados realizados em ambiente transnacional;
- Aprofundar os estudos dos direitos subjetivos e de sua fruição no ambiente digital, atentando para os possíveis conflitos e divergências existentes;
- Examinar alguns dos desafios que surgiram para o Direito com o despontamento das “novas tecnologias”, como, *e.g.*, a Internet das Coisas, a Inteligência Artificial e as Criptomoedas;
- Analisar a legislação e a regulamentação brasileira sobre o tema, em especial sobre a atualíssima Estratégia Nacional de Segurança da Informação.

4.3. CONTRIBUIÇÕES PARA O EGRESSO

- Familiarizar-se com os conceitos de sociedade digital e as novas tecnologias da comunicação e informação;
- Enfrentar novos paradigmas definidos pelo direito digital, em especial os aspectos relativos aos riscos aos direitos subjetivos;
- Enfrentar novos paradigmas definidos pelo direito digital, sobretudo no que tange às novas tecnologias utilizadas no cotidiano;
- Reconhecer novos conflitos oriundos dos problemas de segurança no âmbito da rede e suas consequências para o Direito;
- Enfrentar novos paradigmas definidos pelo direito digital, em especial os aspectos concernentes à proteção de dados e à privacidade quando da utilização dos social media;
- Solucionar novos conflitos oriundos do Direito Digital na seara penalística;

- Conhecer as novas tecnologias e os desafios que trazem para o Direito Constitucional e as Ciências Políticas;
- Analisar a Lei que estabelece o Marco Civil da Internet e enfrentar novos paradigmas definidos pelo Direito Digital;
- Conhecer e analisar criticamente a Lei de Proteção de Dados Pessoais;
- Enfrentar novos paradigmas definidos no Direito Digital no âmbito do Direito do Consumidor;
- Conhecer e analisar criticamente a Lei de Acesso à Informação e os direitos e deveres dela decorrentes;
- Enfrentar novos paradigmas definidos pelo Direito Digital na seara criminal;
- Conhecer e analisar criticamente a legislação nacional concernente ao tema de segurança da informação e segurança cibernética;
- Aplicar o Direito Processual Civil na seara digital e desmistificar o funcionamento de processos e procedimentos virtuais.

4.4. PÚBLICO-ALVO

Graduados e pós-graduados em Direito, estudantes e profissionais que queiram se aprofundar em Direito Digital e Proteção de Dados.

4.5. FORMA DE INGRESSO

Matrículas vinculadas ao sistema Gran Cursos Online, atendendo ao pré-requisito legal.

5. Estrutura Curricular Do Curso

5.1. METODOLOGIA

Utilizar-se-á o método de exposição tradicional, por meio de aulas gravadas de disponibilizadas na Plataforma, bem como a aprendizagem focada no aluno, tornando-o ainda mais ativo, tendo o professor como facilitador.

Além disso, haverá aulas ao vivo, síncronas, e objetos de aprendizagem de modo a permitir maior interação entre o professor e os alunos, esclarecendo dúvidas e ampliando o diálogo.

5.2. MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		CH Horária
01	Direitos Humanos	40h
02	Crimes Virtuais	16h
03	Gestão de Segurança da Informação e Normas 27001-27002 e 27005	60h
04	Legislação Aplicada à Segurança da Informação	30h
05	Governança e Regulação da Internet	8h
06	Regulação das Plataformas Digitais, Anonimato, Liberdade de Expressão e Fake News	8h
07	Inteligência Artificial, Machine Learning, 5G, Internet das Coisas e Cidades Inteligentes	4h
08	Blockchain, Criptomoedas e Contratos Inteligentes	4h
09	Startups, SandBox Regulatório, Open Banking e Fintechs	4h
10	Política Nacional de Segurança da Informação e Estratégia Nacional de Segurança Cibernética	19h
11	Segurança Cibernética – Histórico, Desconfusão Conceitual, Definições e Natureza Jurídica	20h
12	Mecanismos Constitucionais para Efetivação de Direitos Frente às Novas Tecnologias	10h
13	Marco Legal da Proteção de Dados: Cenário Global, Europeu e Regional	12h
14	Marco Legal da Proteção de Dados no Brasil: da Lei de Acesso à Informação ao Marco Civil da Internet e à Lei Geral de Proteção de Dados	12h
15	Definições, Princípios de Proteção de Dados Pessoais e Direitos do Titular de Dados Pessoais	16h
16	Bases Legais do Tratamento de Dados Pessoais no Âmbito da LGPD: Consentimento e Legítimo Interesse	12h
17	Relatórios de Impacto de Dados Pessoais, Agentes de Tratamento e o Papel do Encarregado	10h
18	Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados	20h
19	Transferências Internacionais de Dados Pessoais	20h

Unidade Curricular		CH Horária
20	Boas Práticas de Segurança da Informação à Luz da LGPD e Comunicação de Incidentes	16h
21	Tópicos Especiais em Proteção de Dados	12h
22	Tópicos Especiais em Proteção de Dados II	3h
23	Tópicos Especiais em Proteção de Dados III	1h
24	Tópicos Especiais em Proteção de Dados IV	3h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		360 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		400 h/a

5.3. COMPONENTES CURRICULARES

Disciplina: DIREITOS HUMANOS

Carga horária: 40 h/a

Objetivos: Apresentar informações de cunho teórico-doutrinário sobre o papel desempenhado pelos Direitos Humanos na contemporaneidade, avaliando as diferentes dimensões históricas e camadas de proteção dos Direitos Humanos que levam à nova percepção jurídica fundada na preocupação com a promoção e implementação da proteção à dignidade do ser humano em todas as suas dimensões. Auxiliar o aluno no processo de compreensão teórica do processo de construção da teoria geral dos Direitos Humanos. Apresentar a construção do Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos em camada global, regional e nacional. Discutir a efetividade das políticas sociais na promoção e efetivação dos Direitos Humanos no Brasil. Tratar de questões contemporâneas como a temática da violência relacionada a vulnerabilidade de alguns grupos e minorias étnicas.

Conteúdo programático:

- Aspectos históricos dos Direitos Humanos;
- Fundamentação Religiosa, filosófica e científica dos Direitos Humanos;
- Dignidade Humana e vulnerabilidade. Fontes dos Direitos Humanos;
- Características e Dimensões dos Direitos Humanos;
- As Nações Unidas. As Declarações e os Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos;
- Responsabilidade internacional por violação aos Direitos Humanos;
- Sistemas de proteção aos Direitos Humanos;
- Direitos Humanos e o ordenamento jurídico brasileiro;
- A proteção aos diversos grupos vulneráveis;
- A proteção à cultura afro-brasileira e indígena na evolução dos Direitos Humanos. Órgãos de Direitos Humanos no Brasil;
- Questões e problemas atuais de aplicação dos Direitos Humanos. Direitos Humanos, Democracia e Cidadania. Educação e Cultura em Direitos Humanos;

Bibliografia básica:

BRASIL. Constituição da República de 1.988.

Filho, Manoel Gonçalves F. Direitos Humanos Fundamentais. 15ª edição. Editora Saraiva, 2016.

Flávia, PIOVESAN. Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Grupo GEN, 2019.

Guerra, Sidney. Curso de Direitos Humanos. Editora Saraiva, 2020.

MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais. Grupo GEN, 2021.

Oliveira, MAZZUOLI, Valerio D. Curso de Direitos Humanos. Grupo GEN, 2019.

Oliveira, MAZZUOLI, Valerio D. Direitos Humanos na Jurisprudência Internacional. Grupo GEN, 2019.

Piovesan, Flávia. Direitos Humanos e Justiça Internacional. Editora Saraiva, 2018.

Piovesan, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. Editora Saraiva, 2018.

Piovesan, Flávia. Temas de direitos humanos. Editora Saraiva, 2018.

Ramos, André de C. Curso de Direitos Humanos. Editora Saraiva, 2019.

Ramos, André de C. Processo internacional de direitos humanos. Editora Saraiva, 2019.

Ramos, André de C. Teoria dos direitos humanos na ordem internacional, 6ª edição. Editora Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar:

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. El Ejercicio de la Función Judicial Internacional: Memorias de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

GONTIJO, André Pires. Constitucionalismo Compensatório. Tese de Doutorado (535 f.). Brasília: UniCEUB, 2016.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2013.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. O controle jurisdicional da convencionalidade das leis. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2011.

NEVES, Marcelo. Transconstitucionalismo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. SANDS, Philippe. Treaty, Custom and the Cross-fertilization of International Law. Yale Human Rights & Development Law Journal, vol. 1, p. 85-106, 1998.

SARLET, Ingo Wolfgang (org). Dimensões da Dignidade: ensaios de Filosofia do Direito e Direito Constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado editora, 2005. VARELLA, Marcelo Dias. Internacionalização do Direito: direito internacional, globalização e complexidade. Brasília: UniCEUB, 2013.

Disciplina: CRIMES VIRTUAIS

Carga horária: 16 h/a

Objetivos: Apresentar as incursões da revolução tecnológica na seara penal através do estudo da tipicidade e das escolhas estatais para o combate da criminalidade virtual.

Conteúdo programático:

- Gestão de Segurança da Informação;
- Análise e avaliação de riscos da informação;
- Cibersegurança, proteção de dados e segurança da informação;
- Direito Penal Cibernético (Autoria, materialidade, tipicidade e local do crime);
- Crimes de Informática;
- Crimes eletrônicos;
- Crimes sexuais virtuais;
- Investigação e provas no ambiente cibernético;
- Elaboração de laudos periciais;
- Estudo de casos.

Bibliografia básica:

ALBUQUERQUE, Roberto Chancon de. A criminalidade informática. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2006.

PINHEIRO, Patricia Peck. Direito digital. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

ROSSINI, Augusto Eduardo de Souza. Informática, telemática e direito penal. São Paulo: Memória Jurídica, 2004.

Bibliografia complementar:

CASSANTI, Moises de Oliveira. Crimes Virtuais, Vítimas Reais. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.

CASTRO, Carla Rodrigues Araújo de. Crimes de informática e seus aspectos processuais. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. Crimes Digitais. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Patrícia Santos. Direito e Crime Cibernético: Análise da competência em razão do lugar no julgamento das ações penais. 1ª Ed. Brasília: Vestnik, 2015.

WENDT, Emerson; JORGE, Higor Vinicius Nogueira. Crimes cibernéticos: ameaças e procedimentos de investigação. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

Disciplina: GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E NORMAS 27001-27002 E 27005

Carga horária: 60 h/a

Objetivos: Fornecer conhecimentos sobre as normas de segurança da informação para que se possa estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI). Fornecer conhecimentos sobre as diretrizes de gestão de riscos em segurança da informação de acordo com a norma 27005.

Conteúdo programático: Definições e conceitos de segurança. Visão geral das Normas. Estrutura. Políticas de segurança da informação. Organização da segurança da informação. Segurança em recursos humanos. Gestão de ativos. Controle de acesso. Criptografia. Segurança física e do ambiente. Segurança nas operações. Segurança nas comunicações. Aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas. Relacionamento na cadeia de suprimento. Gestão de incidentes de segurança da informação. Aspectos da segurança da informação na gestão da continuidade do negócio. Conformidade. Definições e conceitos de segurança. Visão geral das Normas. Estrutura. Descrição do processo do ISRM. Estabelecimento de contexto. Informações sobre avaliação de riscos de segurança. Tratamento de riscos à segurança da informação. Admissão de riscos. Segurança da informação. Comunicação de riscos à segurança da informação. Rastreamento e revisão de riscos de informações de segurança.

Bibliografia básica:

FONTES, Edison. Políticas e Normas para a Segurança da Informação. Brasport, 2012.

HINTZBERGEN, J., SMULDERS, A., HINTZBERGEN, K., & BAARS, H. (2018). Fundamentos de Segurança da Informação: com base na iso 27001 e na iso 27002. Tradução: Alan de Sá. Rio de Janeiro: Brasport. FONTES, Edison. Praticando a segurança da informação. Brasport, 2008.

BASTOS, Alberto; CAUBIT, Rosângela. ISO 27001 e 27002: Gestão de segurança da informação—uma visão prática. Porto Alegre, RS, p. 9-28, 2009.

ISO, ABNT NBR. IEC 27001: 2013: Tecnologia da informação—Técnicas de segurança—Sistemas de gestão de segurança da informação—Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

ISO, ABNT NBR. IEC 27002: 2013: Tecnologia da informação—Técnicas de Segurança—Código de Prática para controles de segurança da informação. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

ISO, ABNT NBR. IEC 27005: 2011: Tecnologia da informação—Técnicas de segurança—Gestão de riscos de segurança da informação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. KONZEN, Marcos Paulo et al.

Gestão de Riscos de Segurança da Informação Baseada na Norma NBR ISO/IEC 27005 Usando Padrões de FLORES, Ivy Stefany Vieira; MORHY, Priscila Natividade. Estudo comparativo entre regulamentações governamentais e normas sociotécnicas vigentes referentes à gestão de riscos de segurança da informação. 2013.

Disciplina: LEGISLAÇÃO APLICADA À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Carga horária: 30 h/a

Objetivos: Fornecer conhecimentos da legislação nacional sobre acesso à informação e a proteção de dados pessoais.

Conteúdo programático: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS e LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: Conceitos, tratamento dos dados pessoais, direitos do titular, tratamento de dados pessoais pelo poder público, transferência internacional de dados, agentes de tratamento de dados pessoais, segurança e boas práticas, fiscalização, autoridade nacional de proteção de dados, conselho nacional de proteção de dados pessoais e da privacidade. Acesso à informação e sua divulgação, procedimento de acesso à informação, restrições de acesso à informação, responsabilidades. GESTÃO DA CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS: Sistemas de gestão de continuidade de negócios, plano de continuidade de negócios.

Bibliografia básica:

LAI – Lei de acesso à informação, lei nº 12.527 de 2011.

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709

Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR ISO 22313:2015

Marinho, Fernando; Guia de Plano de Continuidade de Negócios – 1 ed.: Elsevier.

Disciplina: GOVERNANÇA E REGULAÇÃO DA INTERNET

Carga horária: 8 h/a

Objetivos: Conhecer e analisar a governança e regulação da Internet.

Compreender e analisar os desafios relacionados à governança da Internet em âmbito global. Análise do Marco Civil da Internet e aspectos sobre neutralidade da rede no âmbito da regulação da Internet no Brasil. Conhecer alguns modelos inovadores de governança. Analisar aspectos relacionados à infraestrutura da Internet, infraestrutura comunitária, expansão de acesso para uma sociedade digital inclusiva. Analisar os princípios garantidores de uma internet livre, aberta e inclusiva e a necessidade de ponderação desses princípios.

Conteúdo programático:

- Definição e evolução da governança da Internet;
- Ferramentas, abordagens e padrões;
- Infraestrutura de telecomunicações e da internet;
- Transmission Control Protocol/ Internet Protocol (TCP/IP);
- Sistema de nomes de domínio (DNS);
- Computação em nuvem;
- Acesso à internet;
- Instrumentos jurídicos;
- Regulação da internet: âmbito global e nacional;
- Princípios garantidores de uma internet livre, aberta e inclusiva.

Bibliografia básica:

BELLI, Lucas; CAVALLI, Olga. Governança e Regulações da Internet na América Latina: análise sobre infraestrutura, privacidade, cibersegurança e evoluções tecnológicas em homenagem aos dez anos da South School on Internet Governance. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2019.

KURBALIJA, Jovan. Uma introdução à governança da Internet. Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016.

MENDES, Laura; ALVES, Sérgio Garcia; DONEDA, Danilo. Internet e Regulação. São Paulo: Saraiva, 2021.

DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. Direito e Internet III. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

Bibliografia complementar:

KELLER, Clara Iglesias. Regulação nacional de serviços na internet: exceção, legitimidade e papel do Estado. São Paulo: Lumen Juris, 2019.

Santarém, P. R. da S. O direito achado na rede: a emergência do acesso à internet como direito fundamental no Brasil (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

Working Group on Internet Governance (2005). Report of the Working Group on Internet Governance. Recuperado em <http://www.wgig.org/docs/WGIGREPORT.pdf>, 2005.

Disciplina: REGULAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS, ANONIMATO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E FAKE NEWS

Carga horária: 8 h/a

Objetivos: Conhecer, compreender e analisar aspectos jurídicos relacionados às plataformas digitais e sua regulação, fake news, bem como direitos e princípios a esses temas conexos.

Conteúdo programático:

- Espaços de decisão no âmbito das plataformas digitais;
- Direitos dos usuários das plataformas digitais;
- Regulação das plataformas digitais;
- Direito ao anonimato e direito ao esquecimento;
- Desinformação e ameaça ao princípio democrático;
- Fake News: aspectos jurídicos relevantes.

Bibliografia básica:

RAIS, Diogo (Coord.) – A conexão entre a desinformação e o Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

RAMOS, Carlos Eduardo Vieira – Direito das Plataformas Digitais: regulação privada da liberdade de expressão na internet. Juruá, 2021.

NERY JR, Nelson; ABOUD, Georges; CAMPOS, Ricardo (Coord.) – Fake News e Regulação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

SCHREIBER, Anderson (Coord.) – Direito e Mídia: tecnologia e liberdade de expressão. São Paulo: Foco, 2022.

Bibliografia complementar:

MORAIS, José Luis Bolzan; FESTUGATTO, Adriana Martins Ferreira (Coord.) – A democracia desinformada: eleições e fake news. São Paulo: Livraria do Advogado, 2020.

BOROWSKI, Edson Moraes – As fake News e o discurso de ódio nas eleições gerais de 2018. Porto Alegre: Paixões, 2019.

MENEZES, Paulo Brasil – Fake News: modernidade, metodologia e regulação. Salvador: Jus Podvm, 2021.

STROPPA, Tatiana – Plataformas digitais e moderação de conteúdos: por uma regulação democrática. Belo Horizonte: Forum, 2021.

Disciplina: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, MACHINE LEARNING, 5G, INTERNET DAS COISAS E CIDADES INTELIGENTES

Carga horária: 4 h/a

Objetivos: Compreender o conceito de era digital e quais os seus impactos na sociedade, incluindo as mudanças de paradigma no cotidiano com o protagonismo das “novas tecnologias”, além de compreender a relação entre os dispositivos conectados à internet e os desafios postos ao Direito, em especial ao possível choque do usufruto de tecnologia com o direito à privacidade e à segurança cibernética, além de analisar compreender a importância desses institutos no cenário global atual e identificar o enquadramento legal no cenário nacional e no cenário internacional.

Conteúdo programático:

- Definição e fundamentos da Inteligência Artificial

- Inteligência Artificial e direitos de personalidade
- Inteligência Artificial e responsabilidade civil
- A regulamentação da IA no Brasil e a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial
- Histórico, definição e enquadramento legal da tecnologia móvel de 5ª Geração
- Origem, definição e importância
- Segurança e privacidade no âmbito da IoT
- IoT e proteção de dados pessoais
- Cidades Inteligentes

Bibliografia básica:

TEIXEIRA, Tarcísio; CHELIGA, Vinicius. Inteligência Artificial: aspectos jurídicos. Salvador: Editora Jus Podivm, 2019.

SANTOS, Agripino. Tecnonatureza, Trasumanismo e Pós-Humanidade: O Direito na Hiperaceleração Biotecnológica. Salvador: Editora Jus Podvum, 2020.

MORAIS, Izabelly Soares de; GONÇALVES (et. als.). Introdução à Big Data e Internet das Coisas (IOT). Porto Alegre: Sagah Educação, 2018.

LÓSSIO, Claudio Joel Brito. Breve Comentário sobre a Internet das Coisas à Luz do Direito Penal Brasileiro. Unisul. Ano IX, n. 16, jan-jul. 2018. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/U_Fato_Direito/article/view/6242/3781

WEBER, Rolf H. Internet of Things – New security and privacy challenges. In: Computer Law and Security Review 26 (2010), p.p. 23-30. Disponível em: https://cs.uwaterloo.ca/~brecht/courses/854-IoT-2016/readings/surveys/Internet-of-Things-New-security-and-privacy-challenges_2010_Computer-Law-Security-Review.pdf

Bibliografia complementar:

RUSSEL, Stuart; NORWIG, Peter. Inteligência Artificial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LUGER, George F. Inteligência Artificial. Porto Alegre: Bookman, 2004.

RISSLAND, Edwina L. Artificial Intelligence and Law: Stepping Stones to a Model of Legal Reasoning. The Yale Law Journal. Vol. 99: 1957. Disponível em: https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=7293&context=yjlj&sei-redir=1&referer=https%253A%252F%252Fscholar.google.com.br%252Fscholar%253Fhl%253Dpt-BR%2526as_252C5%2526q%253Dartificial%252Bintelligence%252Blaw%2526btnG%253D#search=%22artificial%20intelligence%20law%22

WALTON, Douglas. Argumentation Methods for Artificial Intelligence in Law. New York: Springer, 2005.

GUEDES, Marcelo Santiago. Veículos autônomos inteligentes e a responsabilidade civil nos acidentes de trânsito no Brasil : desafios regulatórios e propostas de solução e regulação. Brasília: ESMPU, 2020. – (Série Pesquisas ESMPU; v. 2) 139 p. : il.. Disponível em <http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/serie/serie-pesquisas/veiculos-autonomos-inteligentes-e-a-responsabilidade-civil-nos-acidentes-de-transito-no-brasil>

PAGALLO, U. What robots want: autonomous machines, codes and new frontiers of legal responsibility. In: HILDEBRANDT, M.; GAAKEER, J. (eds.). Human law and computer law: comparative perspectives. Dordrecht: Springer, 2013. p. 47-65.

LAEBER, Márcio Rafael Silva. Proteção de dados pessoais: o direito à autodeterminação informativa. Revista do Direito Bancário e do Mercado de Capitais. 37. Vol. Revista dos Tribunais Online: Thomson Reuters, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang - A eficácia dos direitos fundamentais. 9ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

CARVALHO, Maria Fernandes Pires – Direito às cidades inteligentes. Belo Horizonte: Arraes, 2021.

GASSMAN, Oliver – Smart Cities: Introducing Digital Innovation to Cities. Emerald Publishing Limited, 2019.

SASHINSKAYA, Maria – Smart Cities: Smart Cities in Europe – Open Data in a smart mobility context. 2015.

- CASTRO, Bárbara Brito de. Direito Digital na Era da Internet das Coisas – o direito à privacidade e o sancionamento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Âmbito Jurídico. Em 23 de julho de 2019. Disponível em <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/direito-digital-na-era-da-internet-das-coisas-o-direito-a-privacidade-e-o-sancionamento-da-lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais/>
- CHAVES, Luis Fernando Prado; GOMES, Maria Cecilia Oliveira. Por que a Internet das Coisas revolucionará o Direito Digital? Justificando. Em 20 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/02/20/por-que-internet-das-coisas-revolucionara-o-direito-digital/>
- WEBER, Rolf H. Cybersecurity in the Internet of Things: Legal aspects. Elsevier. Volume 32, Issue 5, 2016, p.p. 715-728. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0267364916301169>
- Peppet, Scott. Regulating the Internet of Things: First Steps Toward Managing Discrimination, Privacy, Security and Consent. University of Colorado Law School. Colorado Law Scholarly Commons, 2014. Disponível em: https://scholar.law.colorado.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1086&=&context=articles&=&sei-redir=1&referer=https%253A%252F%252Fscholar.google.com.br%252Fscholar%253Fhl%253Dpt-BR%2526as_sdt%253D0%25252C5%2526q%253Dinternet%252Bof%252Bthings%252Blaw%2526btnG%253D#search=%22internet%20things%20law%22
- WATCHTER, Sandra. Normative challenges of identification in the Internet of Things: Privacy, profiling, discrimination, and the GDPR. Elsevier, 2018. Disponível em: https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:e49c4ea8-fe71-48ac-9f85-13c3e0ede718/download_file?file_format=pdf&safe_filename=Wachter%2B07.02.18.pdf&type_of_work=Journal+article
- DE LUCCA, Newton; Simão Filho, Adalberto (Coords). Direito e Internet: Aspectos Jurídicos Relevantes. São Paulo: Quartier Latin, (2), 2008.
- FLICKINGER, Hans-Georg - A juridificação da liberdade: os direitos humanos no processo da globalização. Veritas. 54(1), Porto Alegre (2009), p.p. 89-100. [Consult. 18 julho, 2019]. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/277036105_A_Juridificacao_da_liberdade_os_direitos_humanos_no_processo_da_globalizacao
- LEONARDI, Marcel. Tutela e privacidade na internet. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disciplina: BLOCKCHAIN, CRIPTOMOEDAS E CONTRATOS INTELIGENTES**Carga horária: 4 h/a****Objetivos: Compreender a tecnologia blockchain e as criptomoedas, bem como acerca dos seus efeitos e aplicações nas diversas áreas afetadas juridicamente****Conteúdo programático:**

- Análises conceituais da tecnologia blockchain e das criptomoedas;
- Oferta inicial de moedas, sistema bancário, meios de pagamento pela internet, regulação, big data,
- smart contracts;
- Aplicações baseadas em Blockchain
- Contratos inteligentes (Smart Contracts)
- NFT
- Questões tributárias;
- Questões criminais.

Bibliografia básica:

- CAMPOS, Emília Magueiro – Criptomoedas e blockchain: o direito no mundo digital. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.
- FILIPPI, Primavera de; WRIGHT, Aaron – Blockchain and the Law. Harvard University Press, 2019.

TEIXEIRA, Tarcisio – Blockchain e criptomoedas: aspectos jurídicos. Salvador. Jus Podvm, 2020.

Bibliografia complementar:

FREIRE, João Pedro Correa de Araújo – Blockchain e Smart Contracts: implicações jurídicas. Lisboa: Almedina, 2021.

PINTO, Alexandre Evaristo; EROLES, Pedro; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coord.) – Criptoativos: Estudos regulatórios e tributários.

SILVA, Luis Gustavo Doles. Bitcoins e outras criptomoedas. Teoria e Prática à Luz da Legislação Brasileira. Curitiba: Juruá, 2018.

Disciplina: STARTUPS, SANDBOX REGULATÓRIO, OPEN BANKING E FINTECHS

Carga horária: 4 h/a

Objetivos: Introduzir a análise de alguns impactos das startups financeiras conhecidas como fintechs na organização no direito econômico, bem como das mudanças regulatórias introduzidas no setor financeiro a fim de ampliar inovação e de novos entrantes. Refletir sobre os impactos relacionados ao compartilhamento de dados pessoais e de segurança da informação introduzidos pelo Open Banking. Introduzir a análise de alguns aspectos sobre regulação das atividades econômico-financeiros e da inovação tecnológica que envolvem as fintechs. Discutir o uso de instrumentos como Sandbox Regulatórios para introdução de inovação em subsistemas regulatórios;

Conteúdo programático:

- Marco Regulatório das Startups;
- Regulação da Proteção de Dados para Agentes de Tratamento de Pequeno Porte;
- Regulação e Inovação;
- SandBox Regulatório;
- Dinâmicas únicas do mercado da revolução FinTech;
- Impactos nas indústrias relacionadas;
- OpenBanking;
- Aspectos jurídicos relevantes;

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Silvio Luiz (Coord.) - Direito Econômico, Sistema Financeiro e Novas Tecnologias: Estudos Sobre a Regulação Jurídica das Fintechs. Belo Horizonte: Arraes, 2019.

OIOLI, Erik Frederico (Coord.) – Manual de Direito para Startups. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

FEIGELSON, Bruno; NYBO, Erik Fontenele; FONSECA, Victor Cabral (Coord.) – Direito das Startups. São Paulo: Saraiva, 2018.

MATIAS, Eduardo Felipe (Coord.) – Marco Legal das Startups. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

FEIGELSON, Bruno; SILVA, Luiza. 4. Regulação 4.0: Sandbox Regulatório e o Futuro da Regulação In: BECKER, Daniel; FERRARI, Daniela. Regulação 4.0 – Ed. 2019. Disponível em < <https://thomsonreuters.jusbrasil.com.br/doutrina/secao/1196962074/4-regulacao-40-sandbox-regulatorio-e-o-futuro-da-regulacao-regulacao-40-ed-2019>>

Bibliografia complementar:

BRUMMER, Chris – Fintech Law in a nutshell. West Academic Press, 2019.

CHISHTI, Susanne; BARBERIS, Janos – A revolução fintech: o manual das startups financeiras. Altabooks, 2017.

MADIR, Jelena – Fintech: Law and regulation. Elgar Financial Law and Practice, 2019.

ICO. The Guide to the Sandbox. Jan 2020. Disponível em < <https://ico.org.uk/for-organisations/regulatory-sandbox/the-guide-to-the-sandbox/>>

COLOMBIA. Sandbox on privacy by design and by default in artificial intelligence projects. SIC. Apr, 2021.

COUTINHO FILHO, A. (2018). Regulação 'Sandbox' como instrumento regulatório no mercado de capitais: principais características e prática internacional. Revista Digital De Direito Administrativo, 5(2), 264-282. <https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v5i2p264-282>

Disciplina: POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Carga horária: 19 h/a

Objetivos: Compreender e analisar os fundamentos e objetivos constantes na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética e correlacioná-la com o arcabouço legal existente afeto à matéria
Conhecer e analisar criticamente a legislação nacional concernente ao tema de segurança da informação e segurança cibernética

Conteúdo programático:

- Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020, que estabelece a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética
- Ações e objetivos estratégicos
- Eixos temáticos
- Análise da Política Nacional de Segurança da Informação

Bibliografia básica:

Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020, que estabelece a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética.

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que estabelece a Política Nacional de Segurança da Informação.

Portaria nº 93, de 26 de setembro de 2019 – Glossário de Segurança da Informação.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Lilian Barros de Oliveira - Globalização, constitucionalismo e os Poderes do Estado brasileiro. Revista de Informação Legislativa RIL. Brasília, (55) 219, (2018).

CRUZ JÚNIOR, Samuel César da - A segurança e defesa cibernética no Brasil e uma revisão das estratégias dos Estados Unidos, Rússia e Índia para o espaço virtual. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2013, p.13. [Consult. 26 dez. 2019]. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1850.pdf

Instrução Normativa nº 4, de 26 de março de 2020, do Gabinete de Segurança Institucional – Requisitos Mínimos de Segurança Cibernética para as redes 5G.

Instrução Normativa nº 1, de 27 de maio de 2020 – Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal.

NUNES, Paulo Fernando Viegas. A definição de uma Estratégia Nacional de Cibersegurança. Instituto de Defesa Nacional. Nação e Defesa, Lisboa, n. 133, 2012, p.p. 113-127. Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD133.pdf#page=114>

Disciplina: SEGURANÇA CIBERNÉTICA – HISTÓRICO, DESCONFUSÃO CONCEITUAL, DEFINIÇÕES E NATUREZA JURÍDICA

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Analisar o conceito de cibersegurança no âmbito da União Internacional de Telecomunicações e doutrina, além das variadas vertentes desse conceito, e de que forma as nações utilizam essas definições para priorizar seus interesses econômicos, sociais e políticos.

Conteúdo programático:

- Conceito jurídico de cibersegurança
- Conceitos básicos: confidencialidade, integridade, disponibilidade, garantia, autenticidade e anonimato

- Princípios de segurança
- Conceitos criptográficos: encriptação, assinaturas digitais, funções hash criptográficas e certificados digitais
- Programas maliciosos (malware)
- Natureza jurídica da cibersegurança
- Normativos, acordos e tratados internacionais sobre cibersegurança
- A cibersegurança e as suas vertentes
- A cibersegurança como uma questão transnacional e os dilemas da soberania

Bibliografia básica:

ANTUNES, Mário; RODRIGUES, Baltazar - Introdução à Cibersegurança. Lisboa: FCA, 2018.

GOUVEIA, Jorge Bacelar - Direito da Segurança. Coimbra: Almedina, 2018.

MANDARINO, R. (2009). Um estudo sobre a segurança e a defesa do espaço cibernético brasileiro. UnB. Departamento de Ciência da Computação. Brasília: DCE.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

CAPELLARI, Eduardo - Tecnologias de Informação e possibilidades do século XXI: por uma nova relação do Estado com a cidadania. Revista Jurídica. Guarapuava - Paraná, (1) 1, 2001.

Bibliografia complementar:

BAARS, Hans (et al.) - Fundamentos de Segurança da Informação. Com base na ISO 27001 e na ISO 27002. São Paulo: Brasport, 2018.

BARLOW, John Perry - Declaração de Independência do Ciberespaço. Suíça, 1996. [Consult. 10 mar. 2020]. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/ciber/textos/barlow.htm>

BECK, Ulrich - Sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida. Lisboa: Edições 70, 2015.

BROEDERS, Dennis - The public core of the internet: an international agenda for internet governance. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

LIMA, Glaydson de Farias. Manual de Direito Digital: Fundamentos, Legislação e Jurisprudência. Curitiba: Appris, 2016.

HABERMAS, Jurgen - The Postnational Constellation. Political Essays. Cambridge: The MIT Press, 2001.

APPAZOV, Artur - Legal Aspects of Cybersecurity. Faculty of Law. University of Copenhagen. (2014). [Consult. 4 mai. 2018]. Disponível em

http://justitsministeriet.dk/sites/default/files/media/Arbejdsomraader/Forskning/Forskningspuljen/Legal_Aspects_of_Cybersecurity.pdf

LUIJF, H.A.M. (et al.) - Ten National Cyber Security Strategies: a comparison: Critical information Infrastructure security. International Workshop on Critical Information Infrastructures Security. Lecture Notes in Computer Science (LNCS). Springer-Verlag Berlin Heidelberg. (2013), p.p. 1-17. Recuperado em 11 dez. 2018 de https://www.researchgate.net/publication/261987241_Ten_National_Cyber_Security_Strategies_a_Comparison_Critical_Information_Infrastructure_Security

MANDARINO JUNIOR, R. - Segurança e defesa do espaço cibernético brasileiro. Recife: Cubzac, 2010.

SCHMITT, Michael N.; VIHUL, Liis - The Nature of International Law Cyber Norms. Nato CCD COE publications. Tallin, (2014-2015). [Consult. 23 mai. 2018]. Disponível em <https://ccdcoe.org/sites/default/files/multimedia/pdf/Tallinn%20Paper%20No%20%205%20Schmitt%20and%20Vihul.pdf>

SHACKELFORD, Scott - Human Rights and Cybersecurity due Diligence: a comparative study.

University of Michigan Journal of Law Reform. (50) (2017). [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em

https://repository.law.umich.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https%253A%252F%252Fscholar.google.com.br%252Fscholar%253Fq%253Dcybersecurity%2520principles%2520for%2520a%2520governance&=&hl=ptBR&=&as_sdt=0&=&as_vis=1&=&oi=scholar&=&httpsredir=1&=&article=1191&=

&context=mjlr&=&seiredir=1#search=%22cybersecurity%20principles%20governance%22
SILVA, Miguel Ferreira da - Cibersegurança vs. Ciberdefesa – uma visão portuguesa distinção. Revista Científica sobre Cyberlaw. CIJIC. (2016). [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em <http://www.cijic.org/wp-content/uploads/2016/01/MIGUELFERREIRA-E-SILVA.pdf>

Disciplina: MECANISMOS CONSTITUCIONAIS PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS

Carga horária: 10 h/a

Objetivos: Compreender como o constitucionalismo contemporâneo e sua perspectiva multifacetária pode exercer um papel no modelo de tratamento jurídico-constitucional global da segurança cibernética. Conhecer e compreender alguns dos modelos de constitucionalismo global e regional existentes.

Conteúdo programático:

- A globalização como contexto de um constitucionalismo multinível
- A segurança cibernética como munus de um constitucionalismo multinível
- Constitucionalismo multinível
- O constitucionalismo multinível aplicado aos direitos fundamentais
- Transconstitucionalismo
- Interconstitucionalidade
- Constitucionalismo global ou societal
- Constitucionalismo em rede

Bibliografia básica:

CANOTILHO, José Joaquim Gomes - “Brancosos” e Interconstitucionalidade: itinerários dos discursos sobre a historicidade constitucional. 2ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2008.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes - Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2003.

NEVES, Marcelo - Transconstitucionalismo. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

PERNICE, Ingolf - The Global Dimension of Multilevel Constitutionalism. A Legal Response to the Challenge of Globalisation. Volkerrecht als Wertordnung/Common Values in International Law: Festschrift für Christian Tomushat/ Essays in Honour of Christian Tomushat, 2006, p.p. 973-1006. [Consult. 30 out. 2016]. Disponível em <http://www.whi-berlin.eu/documents/whi-paper0908.pdf>.

Bibliografia complementar:

PERNICE, Ingolf - Multilevel constitutionalism and e-democracy. Internet Policy Review: Journal on internet regulation. 2016, p. 10. [Consult. 17 dez. 2019]. Disponível em <https://policyreview.info/articles/news/multilevel-constitutionalism-and-e-democracy/407>

PETERS, Anne - The Constitutionalization of International Law: a rejoinder. EJIL: Talk! The blog of the European Journal of International Law. (2010). [Consult. 21 jul. 2019]. Disponível em <http://ejiltalk.org/the-constitutionalization-of-international-law-a-rejoinder>

PETERS, Anne - Constitucionalismo compensatório: las funciones y el potencial de las normas y estructuras internacionales. In: PETERS, Anne; AZNAR, Mariano J.; GUTIÉRREZ, Ignacio - La Constitucionalización de La Comunidad Internacional. Tradução de Mariano J. Aznar Gómez e Alejandra Laura Videla. Valência: Tirant lo Blanch, 2010.

PETERS, Anne - Compensatory Constitutionalism: The Function and Potential of Fundamental International Norms and Structures. Leiden Journal of International Law. UK: Foundation of LJIL, (2006).

SLAUGHTER, Anne-Marie - A New World Order. Woodrow Wilson School of International and Public Affairs Princeton University. Washington: Foreign Press Center Briefing, 2004. [Consult. 24 nov. 2019].

Disponível em <https://www.fbcoverup.com/docs/library/2004-04-12-A-New-World-Order-by-Anne-Marie-Slaughter-Foreign-Press-Centers-Briefing-US-Dept-of-State-Apr-12-2004.pdf>
SLAUGHTER, Anne Marie - The Real New World Order. Council of Foreign Relations. (76) 5 (1997), p. 183-197. [Consult. 4 dez. 2019]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/20048208>
TEUBNER, Gunther - Fragmented Foundations: societal constitutionalism and globalization. Oxford: Oxford University Press, 2012.
TEUBNER, Gunther - Societal Constitutionalism: alternatives to state-centred constitutional theory. Storrs Lectures. Yale Law School. (2004). [Consult. 3 junho, 2019]. Disponível em <http://www.jura.uni-frankfurt.de/42852793/societal-constitutionalism.pdf>

Disciplina: MARCO LEGAL DA PROTEÇÃO DE DADOS: CENÁRIO GLOBAL, EUROPEU E REGIONAL**Carga horária:** 12 h/a**Objetivos:** Analisar e compreender, a partir do estudo da legislação estrangeira e dos instrumentos de cooperação internacional, a evolução da proteção de dados pessoais e seus reflexos nas normas brasileiras sobre o assunto.**Conteúdo programático:**

- Conhecer a proteção de dados pessoais na Alemanha: a decisão da Corte Constitucional Alemã relativa à Lei do Censo de 1982 e o surgimento de um direito fundamental autônomo à proteção dos dados pessoais
- Conhecer a proteção de dados pessoais nos Estados Unidos da América: o reconhecimento do direito à privacidade, o sistema americano de proteção de dados pessoais e os instrumentos para a transferência internacional de dados (Safe Harbor e Privacy Shield)
- Conhecer a proteção de dados segundo instrumentos internacionais de cooperação: Convenção 108 do Conselho Europeu; Diretrizes sobre a privacidade e os fluxos transfronteiriços de dados pessoais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Padrões de Proteção de Dados Pessoais para os Estados Ibero-Americanos da Rede Ibero-Americana de Proteção de Dados (RIPD);
- Conhecer a proteção de dados pessoais no Direito comunitário europeu – da Diretiva 95/46 ao Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR em inglês)

Bibliografia básica:

CONSELHO DA EUROPA. Convention for the Protection of Individuals with regard to Automatic Processing of Personal Data, 1981. Disponível em: <<https://rm.coe.int/16808ade9d>>.

DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. Autoridade Nacional de Proteção de Dados e a Efetividade da Lei Geral de Proteção de Dados. São Paulo: Almedina, 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Guidelines on the Protection of Privacy and Transborder Flows of Personal Data, 1980. Disponível em: <<http://www.oecd.org/sti/ieconomy/oecdguidelinesontheProtectionofPrivacyandTransborderFlowsOfPersonalData.htm>>.

REDE IBERO-AMERICANA DE PROTEÇÃO DE DADOS. Padrões de Proteção de Dados Pessoais para os Estados Ibero-Americanos, 2017. Disponível em: <https://www.redipd.org/sites/default/files/inline-files/Estandares_PORTUGUES.pdf> .

UNIÃO EUROPEIA. Directive 95/46/CE of the European Parliament and of the Council of 24 October 1995 on the protection of individuals with regard to the processing of personal data and on the free movement of such data (Personal Data Protective Direction). Official Journal of the European Union. L 281, 23/11/1995, p. 0031 – 0050. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/eli/dir/1995/46/oj>>.

_____. Regulation (EU) 2016/679 of the European Parliament and of the Council of 27 April 2016 on the protection of natural persons with regard to the processing of personal data

and on the free movement of such data, and repealing Directive 95/46/EC (General Data Protection Regulation). Official Journal of the European Union. L 119, 04/05/2016, p. 0001 – 0088. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj>>.

Bibliografia complementar:

CONSELHO DA EUROPA. Handbook on European Data Protection Law. Luxembourg: Publications Office of the Europe Union, 2014. Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/Handbook_data_protection_ENG.pdf>.

DONEDA, Danilo. Panorama Histórico da Proteção de Dados Pessoais. In: BIONI, Bruno; DONEDA, Danilo; SARLET, Ingo Wolfgang; SCHERTEL, Laura; e RODRIGUES JR, Otavio Luiz (org.). Tratado de Proteção de Dados Pessoais. São Paulo: Forense, 2021.

DÖHMANN, Indra. A Proteção de Dados Pessoais sob o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. In: BIONI, Bruno; DONEDA, Danilo; SARLET, Ingo Wolfgang; SCHERTEL, Laura; e RODRIGUES JR, Otavio Luiz (org.). Tratado de Proteção de Dados Pessoais. São Paulo: Forense, 2021.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. The Privacy Act. Disponível em: <<https://www.justice.gov/opcl/overview-privacy-act-1974-2015-edition>>.

GASIOLA, Gustavo Gil. Criação e desenvolvimento da proteção de dados na Alemanha - a tensão entre a demanda estatal por informações e os limites jurídicos impostos. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/criacao-e-desenvolvimento-da-protecao-de-dados-na-alemanha-29052019>>.

MALDONADO, Viviane; BLUM, Ópice (coord.). Comentários ao GDPR Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. 2ª edição. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

MARTINS, Leonardo. BVerfGE 65, 1, Volkszählung. In: L. Martins, Tribunal Constitucional Federal Alemão: decisões anotadas sobre direitos fundamentais. v. 1: Dignidade humana, livre desenvolvimento da personalidade, direito fundamental à vida e à integridade física, igualdade. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

MOSHELL, Ryan. (2005). And there was one: the outlook for a self-regulatory United States amidst a global trend toward comprehensive data protection (pp. 366-367). Lubbock: Texas Tech Law Review, 2005.

TAVARES, Letícia Antunes & ALVAREZ, Bruna Acosta. Da proteção dos dados pessoais: uma análise comparada dos modelos de regulação da Europa, dos Estados Unidos e do Brasil. In: ONODERA, Marcus Vinicius Kiyosjhi & FILLIPO, Thiago Baldani Gomes de. Brasil e EUA: temas de direito comparado (pp. 155-203). São Paulo: Escola da Magistratura, 2017.

SCHERTEL, Laura Mendes. Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor. São Paulo: Saraiva, 2014.

SCHERTEL, Laura Mendes. O Supremo Tribunal Federal e a proteção constitucional dos dados pessoais: rumo a um direito fundamental autônomo. In: BIONI, Bruno; DONEDA, Danilo; SARLET, Ingo Wolfgang; SCHERTEL, Laura; e RODRIGUES JR, Otavio Luiz (org.). Tratado de Proteção de Dados Pessoais. São Paulo: Forense, 2021.

WARREN, Samuel D.; BRANDEIS, Louis D. Right to Privacy. Harvard Law Review: 1890, volume IV. Disponível em: <http://groups.csail.mit.edu/mac/classes/6.805/articles/privacy/Privacy_brand_warr2.html>.

Disciplina: MARCO LEGAL DA PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL: DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO AO MARCO CIVIL DA INTERNET E À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Carga horária: 12 h/a

Objetivos: Analisar e compreender, a partir do estudo da legislação brasileira sobre o assunto, os direitos e responsabilidade afetos à proteção de dados pessoais no Brasil

Conteúdo programático:

- Análise da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI) e os direitos e deveres dela decorrentes relativos à proteção de dados pessoais;
- Análise da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, o Marco Civil da Internet (MCI), nos aspectos relacionados à proteção de dados pessoais;
- Análise da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD),

- e os direitos e deveres dela decorrentes;
- Conhecer a influência de normais internacionais na elaboração desses normativos;
 - Conhecer aspectos relacionados à tramitação dos projetos de lei que deram origem à LAI, ao MCI e à LGPD;
 - Conhecer as disposições da LAI, do MCI e da LGPD que se interconectam na proteção de dados pessoais.

Bibliografia básica:

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014;

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

MARTINS, Paula Ligia. Acesso à Informação: um direito fundamental e instrumental. Acervo, v. 24, n. 1, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/381/381>>

PORTELA, Bruno Monteiro (et. al.). Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. Salvador: Editora Jus Podivm, 2020.

Bibliografia complementar:

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Aplicação da Lei de Acesso à Informação na Administração Pública Federal. 4ª edição. Brasília: Imprensa Nacional, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/servico-informacao-cidadao-sic/publicacoes/4o-edicao-do-manual-de-aplicacao-da-lei-de-aceso-a-informacao-na-administracao-publica-federal-da-controladoria-geral-da-uniao-2013-cgu/view>>.

CANHADAS, Fernando Augusto Martins. A Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de dados: a transparência proibida. In: POZZO, Augusto Neves Dal; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coords.). LGPD e Administração Pública – Uma análise ampla dos impactos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. MALDONADO, Viviane (Coord.). LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados comentada. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

MATOS, Ana Carla e RUZYK, Carlos Eduardo. Diálogos entre a Lei Geral de Proteção de Dados e a Lei de Acesso à Informação. In: TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena (coord.). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no Direito Brasileiro. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

Ministério Público do Estado de São Paulo. Cartilha Marco Civil da Internet: perspectivas gerais e apontamentos críticos. Disponível em: <http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/Cartilha_Marco_Civil_da_Internet.pdf>.

PAES, Eneida Bastos. A construção da Lei de Acesso à Informação Pública no Brasil: desafios na implementação de seus princípios. Revista do Serviço Público. Brasília 62 (4), out-dez. 2011, p.p. 407-423. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1597/1/A%20constru%20da%20Lei%20de%20Acesso%20a%20Informa%20p%20blica%20no%20Brasil%20desafios%20na%20implementa%20de%20seus%20princ%20pios.pdf>

PECK, Patricia. Proteção de dados pessoais – comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD). São Paulo: Saraiva Jur, 2020.

SOARES, Filipe Rocha Martins; RIBEIRO, Gustavo Ferreira - Conflitos entre ordens públicas no espaço cibernético: uma resposta cosmopolita em resposta à sobreposição regulatória da internet. Revista de Informação Legislativa: RIL. (216) 54 (2017). [Consult. 29 nov. 2019]. Disponível em https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/216/ril_v54_n216_p45.pdf

SOUZA, Carlos Affonso Pereira de - As Cinco Faces da Proteção à Liberdade de Expressão no Marco Civil da Internet. In: Direito & Internet vol. 3. Tomo II. Adalberto Simão Filho, Cíntia Rosa Pereira de

Lima, Newton de Lucca (coord.). Quartier Latin: São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://site.fdv.br/wp-content/uploads/2019/08/Artigo-Cinco-Faces-da-Liberdade-de-Express%C3%A3o-no-Marco-Civil-da-Internet-Carlos-Affonso.pdf>>.

Disciplina: DEFINIÇÕES, PRINCÍPIOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

Carga horária: 16 h/a

Objetivos: Compreender e conhecer os objetivos que devem ser observados nas atividades de tratamento de dados pessoais. Compreender os aspectos concernentes ao âmbito de aplicação da LGPD. Compreender e relacionar os princípios com os fundamentos estabelecidos na Lei. Compreender a importância do direito à privacidade e do direito à proteção de dados pessoais, sabendo diferenciá-los, além de compreender como se pode dar a ameaça da incolumidade desses direitos no ciberespaço, em especial no âmbito das redes sociais.

Conteúdo programático:

- Princípio da finalidade
- Princípio da adequação
- Princípio da necessidade
- Livre acesso
- Qualidade dos dados
- Transparência
- Segurança
- Prevenção
- Não discriminação
- Responsabilização e prestação de contas
- Âmbito de aplicação territorial da LGPD
- Direito à privacidade x proteção de dados pessoais
- Ameaça à proteção de dados e o risco de influência das redes sociais
- Legislação internacional concernente à privacidade e à proteção de dados, em especial o RGPD (União Europeia)
- Fundamentos da LGPD, em especial o respeito à privacidade e à autodeterminação informativa

Bibliografia básica:

DONEDA, Danilo – Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.
MENDES, Laura; DONEDA, Danilo; SARLET, Ingo Wolfgang (Coord.) – Tratado de Proteção de Dados Pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

FRANCOSKI, Denise de Souza; TASSO, Fernando Antonio (Coord.) – A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: aspectos práticos e teóricos relevantes no setor público e privado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

BITTAR, Carlos Alberto. Os direitos da personalidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, 7ed.

Bibliografia complementar:

MALDONADO, Viviane Nóbrega; BLUM, Renato Opice. LGPD. Lei Geral de Proteção de Dados: Comentada. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2019, 2ed.

TEIXEIRA, Tarcísio; MAGRO, Américo Ribeiro. Proteção de Dados: Fundamentos jurídicos. Salvador: Editora Jus Podvm, 2020.

ARMELIN, Ruth Maria Guerreiro da Fonseca. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais- comentada

artigo por artigo. Salvador: Editora Jus Podvm, 2019.

PAULA, Luana Ortoni. Breves considerações sobre a Lei Geral de Proteção de Dados. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI292692,71043-Breves+consideracoes+sobre+a+lei+geral+de+protecao+de+dados>

PINHEIRO, Patricia Peck. Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD). São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado - A incorporação das normas internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro. São José, Costa Rica: IDH, ACNUR, CICV, CUE, (1996).

Disciplina: BASES LEGAIS DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO ÂMBITO DA LGPD: CONSENTIMENTO E LEGÍTIMO INTERESSE

Carga horária: 12 h/a

Objetivos: Compreender a teoria e as possibilidades de aplicação das bases legais para o tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Conteúdo programático:

Bases legais:

- consentimento do titular
- cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador
- tratamento de dados para execução de políticas públicas
- realização de estudos por órgãos de pesquisa
- execução contratual
- exercício regular de direito
- proteção da vida
- tutela da saúde
- legítimo interesse
- proteção do crédito

Bibliografia básica:

BIONI, Ricardo Bruno. Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

DONEDA, Danilo – Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

OLIVEIRA, Ricardo; COTS, Márcio – O Legítimo Interesse e a LGPD. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

Bibliografia complementar:

MALDONADO, Viviane Nóbrega; BLUM, Renato Opice. LGPD. Lei Geral de Proteção de Dados: Comentada. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2019, 2ed.

BARTKOWIAK, Jaqueline (et al.) - A primavera árabe e as redes sociais: o uso das redes sociais nas manifestações da primavera árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbia. Caderno de Relações Internacionais. (10) 1 (2017), p.p. 66-94. [Consult. 25 dez. 2019]. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/30432/30432.PDF>

INÁCIO, André - Tecnologias de informação e segurança pública: um equilíbrio instável. In: CIJIC. Revista Científica sobre Cyberlaw. Lisboa, n.1, 2016, p. 9. [Consult. 24 fev. 2020]. Disponível em <http://www.cijic.org/wp-content/uploads/2016/01/ANDREINACIO.pdf>

PARISER, Eli. O filtro invisível: O que a internet está escondendo de você. S.C.: Zahar, 2012.

GONZÁLEZ, Elena Gil. Big Data, privacidad y protección de datos. Madrid: Imprenta Nacional de la Agencia Estatal: Boletín Oficial del Estado, 2016.

LAEBER, Márcio Rafael Silva. Proteção de dados pessoais: o direito à autodeterminação informativa. Revista do Direito Bancário e do Mercado de Capitais. 37. Vol. Revista dos Tribunais Online: Thomson Reuters, 2007.

Disciplina: RELATÓRIOS DE IMPACTO DE DADOS PESSOAIS, AGENTES DE TRATAMENTO E O PAPEL DO ENCARREGADO**Carga horária:** 10 h/a**Objetivos:** Conhecer, entender e analisar o papel do controlador, do operador e do encarregado no âmbito das operações realizadas com dados pessoais.

Compreender a utilidade do Relatório de Impacto à proteção de dados pessoais

Conteúdo programático:

- O papel do controlador;
- O papel do operador;
- O papel do encarregado;
- Obrigações dos agentes de tratamento;
- Da Responsabilidade e do ressarcimento de danos;
- Relatório de Impacto à proteção de dados pessoais: documentação, medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de riscos;
- Programa de Governança em Privacidade.

Bibliografia básica:

CAOVILLA, Renato; DUFLOTH, Rodrigo; PAZINE, Letícia. Proteção de dados pessoais: desafios e impactos práticos para as organizações. Revista de Direito Recuperacional e Empresa, São Paulo, v. 18, p. 367-418, abr./jun. 2019

CIPL; CEDIS/IDP. O Papel do/a Encarregado/a conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.idp.edu.br//arquivos/cedis/artigo-encarregado-lgpd-efetiva.pt.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2021.

MALDONADO, Viviane (Coord.) – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: Manual de Implementação. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

MARTINS, Guilherme Magalhães; FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. Compliance digital e responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados. In: MARTINS, Guilherme Magalhães; ROSENVALD, Nelson (Coords.). Responsabilidade civil e novas tecnologias. Indaiatuba: Foco, 2020.

MINISTÉRIO da Economia. In: Guia de Elaboração de Programa de Governança em Privacidade. [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/guias/guia_governanca_privacidade.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.

OPICE BLUM, Renato (Coord.) – Data Protection Officer (Encarregado) – Teoria e Prática de acordo com a LGPD e o GDPR. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

Bibliografia complementar:

AEPD. In: Gestión del riesgo y evaluación de impacto en tratamientos de datos personales. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.aepd.es/sites/default/files/2019-09/guia-evaluaciones-de-impacto-rgpd.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2021.

ARTICLE 29 Working Party. In: Guidelines on Data Protection Impact Assessment (DPIA). [S. l.], 2017. Disponível em: https://ec.europa.eu/newsroom/document.cfm?doc_id=44137. Acesso em: 30 dez. 2021.

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de; GONÇALVES, Francine Silva Pacheco – Compliance e Gestão de Riscos nas Empresas Estatais. Belo Horizonte: Forum, 2020.

CIPL; CEDIS/IDP. Top Priorities for Public and Private Organizations to Effectively Implement the New Brazilian General Data Protection Law (LGPD). [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.informationpolicycentre.com/uploads/5/7/1/0/57104281/cipl-idp_white_paper_on_top_priorities_for_public_and_private_organizations_to_effectively_implement_the_lgpd__1_september_2020_.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.

CNIL. In: Privacy Impact Assessment - Methodology. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.cnil.fr/>

sites/default/files/atoms/files/cnil-pia-1-en-methodology.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.

DENSMORE, Russel et al. "Privacy Program Management Tools for Managing Privacy Within Your Organization. Estados Unidos: IAPP, 2019. ISBN 978-1-948771-24-5.

ICO. In: Data protection impact assessments . [S. l.], 2019. Disponível em: <https://ico.org.uk/for-organisations/guide-to-data-protection/guide-to-the-general-data-protection-regulation-gdpr/accountability-and-governance/data-protection-impact-assessments/>. Acesso em: 30 dez. 2021.

KLOZA, Darius et al. Em direção a um método para avaliações de impacto sobre a proteção de dados: entendendo as exigências do RGPD. [S. l.], 2020. Disponível em: https://cris.vub.be/ws/files/51221989/dpialab_pb2019_1_final_PT.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.

MALDONADO, Viviane (Coord.) – Manual do DPO. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

MENDES, Laura; DONEDA, Danilo; SARLET, Ingo Wolfgang (Coord.) – Tratado de Proteção de Dados Pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

MINISTÉRIO da Economia. In: Guia de Avaliação de Riscos de Segurança e Privacidade. [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/guias/guia_avaliacao_riscos.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.

MULHOLLAND, Caitlin. Responsabilidade civil por danos causados pela violação de dados sensíveis e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (lei 13.709/2018). [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2021/07/IBERC_Responsabilidade-civil-e-dados-sensiveis.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.

NIST. In: NIST.IR.8062 - An Introduction to Privacy Engineering and Risk Management. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://nvlpubs.nist.gov/nistpubs/ir/2017/NIST.IR.8062.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2021.

NIST. Nist Privacy Framework: A Tool For Improving Privacy Through Enterprise Risk Management, Version 1.0. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://nvlpubs.nist.gov/nistpubs/CSWP/NIST.CSWP.01162020.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2021.

TRIBUNAL de Contas da União. In: Manual de Gestão de Riscos. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/planejamento-governanca-e-gestao/gestao-de-riscos/manual-de-gestao-de-riscos/>. Acesso em: 30 dez. 2021.

Disciplina: TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO E A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Analisar e compreender as regras para o tratamento de dados pessoais realizado pelo poder público e as competências que prevê para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

Conteúdo programático:

- Analisar as regras e limites que a LGPD impõe para o tratamento de dados pessoais pelo poder público;
- Conhecer as competências da ANPD – fiscalizadora, sancionadora e orientadora;
- Conhecer os limites materiais e jurídicos para a atuação da ANPD.

Bibliografia básica:

LIMA, Cíntia Rosa Pereira – Autoridade Nacional de Proteção de Dados e a Efetividade da Lei Geral de Proteção de Dados. São Paulo: Almedina, 2020.

MALDONADO, Viviane (Coord.). LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados comentada. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

WIMMER, Miriam. O Regime Jurídico do Tratamento de Dados Pessoais Pelo Poder Público. In: BIONI, Bruno; DONEDA, Danilo; SARLET, Ingo Wolfgang; SCHERTEL, Laura; e RODRIGUES JR, Otavio Luiz (org.). Tratado de Proteção de Dados Pessoais. São Paulo: Forense, 2021.

Bibliografia complementar:

BORDALO, Rodrigo. Autoridade nacional de proteção de dados: aspectos de organização administrativa. In: POZZO, Augusto Neves Dal; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coords.). LGPD e Administração Pública – Uma análise ampla dos impactos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

BASSO, Bruno Bartelle. Direito à privacidade e o tratamento de dados pessoais pelo poder público: o interesse público como elemento dialógico da relação. In: POZZO, Augusto Neves Dal; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coords.). LGPD e Administração Pública – Uma análise ampla dos impactos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

DONEDA, Danilo. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados e o Conselho Nacional de Proteção de Dados. In: BIONI, Bruno; DONEDA, Danilo; SARLET, Ingo Wolfgang; SCHERTEL, Laura; e RODRIGUES JR, Otavio Luiz (org.). Tratado de Proteção de Dados Pessoais. São Paulo: Forense, 2021.

FERRAZ, Pedro da Cunha. Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): apontamentos sobre sua natureza e regime jurídico. In: POZZO, Augusto Neves Dal; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coords.). LGPD e Administração Pública – Uma análise ampla dos impactos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

JACOBY, Murilo e CAMARÃO, Tatiana. Ponderações sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no poder público. In: POZZO, Augusto Neves Dal; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coords.). LGPD e Administração Pública – Uma análise ampla dos impactos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

KUJAWSKI, Fabio Ferreira e CASTELLANO, Ana Carolina Heringer. Compartilhamento de dados pessoais no âmbito da administração pública sob a égide da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. In: POZZO, Augusto Neves Dal; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coords.). LGPD e Administração Pública – Uma análise ampla dos impactos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

LEVIN, Alexandre. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – particularidades previstas na LGPD (Lei 13.709/2018). In: POZZO, Augusto Neves Dal; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coords.). LGPD e Administração Pública – Uma análise ampla dos impactos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

MOREIRA, Patrícia Prieto. Tratamento de uso compartilhado de dados pessoais pela administração pública na execução de políticas públicas. In: POZZO, Augusto Neves Dal; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coords.). LGPD e Administração Pública – Uma análise ampla dos impactos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

NOBRE JUNIOR, Edilson Pereira. A autoridade nacional de proteção de dados pessoais e o dever estatal de sua tutela: anotações em torno da independência do órgão. In: POZZO, Augusto Neves Dal; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coords.). LGPD e Administração Pública – Uma análise ampla dos impactos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

PACHECO JÚNIOR, Francisco Gabriel. O tratamento de dados pessoais pelo poder público e o alcance da LGPD. In: POZZO, Augusto Neves Dal; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coords.). LGPD e Administração Pública – Uma análise ampla dos impactos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

PEDROSO, Lucas Aluísio Scatimburgo. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público: o que esperar segundo a experiência europeia. In: POZZO, Augusto Neves Dal; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coords.). LGPD e Administração Pública – Uma análise ampla dos impactos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

ROSSO, Angela Maria. LGPD e setor público: aspectos gerais e desafios. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/300585/lgpd-e-setor-publico-aspectos-gerais-e-desafios>>.

VALETNIM, Raphael Matos. O contexto brasileiro da proteção de dados pessoais e as características da autoridade nacional de proteção de dados. In: POZZO, Augusto Neves Dal; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coords.). LGPD e Administração Pública – Uma análise ampla dos impactos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

Disciplina: TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DADOS PESSOAIS

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Compreender a definição de transferências internacionais de dados pessoais. Diferenciar transferências e de trânsito de dados pessoais. Compreender o tratamento de dados pessoais no âmbito das transferências internacionais segundo a legislação brasileira. Analisar a legislação estrangeira no âmbito das transferências internacionais de dados pessoais.

Conteúdo programático:

- Definição de transferências internacionais de dados pessoais
- Diferenciação de transferências internacionais e trânsito de dados pessoais
- Decisão de adequação
- Cláusulas-padrão contratuais
- Normas corporativas globais
- Cláusulas contratuais específicas
- Selos, certificados e códigos de conduta
- Outras possibilidades

Bibliografia básica:

COUNCIL OF EUROPE – Handbook on European Data Protection Law 2018 edition.

MENDES, Laura; DONEDA, Danilo; SARLET, Ingo Wolfgang (Coord.) – Tratado de Proteção de Dados Pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

VIOLA, Mario – Transferência de dados entre Europa e Brasil: Análise da Adequação da Legislação Brasileira. Novembro 2019.

Bibliografia complementar:

MALDONADO, Viviane Nóbrega; BLUM, Renato Opice. LGPD. Lei Geral de Proteção de Dados: Comentada. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2019, 2ed.

ARTICLE 29 DATA PROTECTION WORKING PARTY – Explanatory Document on the Processor Binding Corporate Rules. April 2013.

ARAÚJO, Alexandra Maria Rodrigues – As Transferências Transatlânticas de Dados Pessoais: o nível de proteção adequado depois de Schrems

Disciplina: BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO À LUZ DA LGPD E COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES

Carga horária: 16 h/a

Objetivos: Compreender como os agentes de tratamento podem adotar medidas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de incidentes e atividades ilícitas; Compreender como os agentes de tratamento podem formular regras de boas práticas e de governança no âmbito das atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais; Conhecer e compreender as consequências advindas do tratamento não adequado de dados pessoais, nos termos da LGPD.

Conteúdo programático:

- A importância das medidas de segurança por parte dos agentes de tratamento de dados pessoais;
- Anonimização e pseudonimização
- O papel da Autoridade Nacional de Proteção de Dados na regulamentação de padrões técnicos e medidas de segurança;
- Proteção de dados pessoais e privacidade by design e by default;
- Formulação de regras de boas práticas e de governança;
- Comunicação de Incidentes de Segurança de Dados Pessoais à ANPD;

- Da fiscalização por parte da ANPD;
- Das sanções administrativas.

Bibliografia básica:

DONEDA, Danilo – Guia Prático de Implementação da LGPD. São Paulo, Labrador, 2020.

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de – Proteção de Dados na Sociedade da Informação: entre dados e danos. São Paulo: Foco, 2021.

OPICE BLUM, Renato – Proteção de Dados: desafios e soluções na adequação da Lei. São Paulo: Forense, 2020.

Bibliografia complementar:

HINTZBERGEN, Jule et al. - Fundamentos da Segurança da Informação: com base na ISO 27001 e 27002. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.

PAIVA, Severino - Introdução à Segurança da Informação, 2021.

DONEDA, Danilo – A Criptografia no Direito Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

Disciplina: TÓPICOS ESPECIAIS EM PROTEÇÃO DE DADOS

Carga horária: 12 h/a

Objetivos: Capacitar o público-alvo a compreender e enfrentar os desafios impostos à prática profissional jurídica que tangenciam a temática de proteção de dados pessoais.

Conteúdo programático:

- Proteção de dados no âmbito das Relações de Trabalho;
- Proteção de dados na Saúde;
- Proteção de dados pessoais na Educação;
- Proteção de dados pessoais no âmbito das relações de consumo;
- Proteção de dados pessoais, Processo Civil e resoluções online de disputas.

Bibliografia básica:

CALCINI, Ricardo (Coord.) – LGPD e Compliance Trabalhista: os desafios atuais do Direito do Trabalho. São Paulo: JH Mizuno, 2021.

CARLOTTO, Selma – Lei Geral da Proteção de Dados – Enfoque nas Relações de Trabalho. São Paulo: LTR, 2021.

DALLARI, Analluza Bolivar; MONACO, Gustavo Ferraz (coord.) – LGPD na Saúde. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

TEIXEIRA, Tarcísio – Direito Digital e Processo Eletrônico. São Paulo: Saraiva, 2020.

FUX, Luis; ÁVILA, Henrique; CABRAL, Trícia Navarro Xavier – Tecnologia e Justiça Multiportas. São Paulo: Foco, 2021.

Bibliografia complementar:

BAGNOLI, Vicente; FLORÊNCIO, Juliana (Coord.). Lei Geral de Proteção de Dados e sua intersecção entre a proteção de dados pessoais, proteção dos consumidores e proteção da concorrência. Belo Horizonte: D´Plácido, 2021.

CASCAES, Amanda Celli; BRESEGHELLO, Fabíola Meira de Almeida; TUTIKIAN, Priscila David Sansone (Coord.) – Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados à luz do Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Singular, 2020.

FERREIRA, Dâmares (Coord.) – LGPD aplicada à educação. Curitiba: CRV, 2021.

Disciplina: TÓPICOS ESPECIAIS EM PROTEÇÃO DE DADOS II

Carga horária: 3 h/a

Objetivos: Capacitar o público-alvo a compreender e enfrentar os desafios impostos à prática profissional jurídica que tangenciam a temática de proteção de dados pessoais.

Conteúdo programático:

- Proteção de dados no âmbito das Relações de Trabalho;
- Proteção de dados na Saúde;
- Proteção de dados pessoais na Educação;
- Proteção de dados pessoais no âmbito das relações de consumo;
- Proteção de dados pessoais, Processo Civil e resoluções online de disputas.

Bibliografia básica:

CALCINI, Ricardo (Coord.) – LGPD e Compliance Trabalhista: os desafios atuais do Direito do Trabalho. São Paulo: JH Mizuno, 2021.

CARLOTTO, Selma – Lei Geral da Proteção de Dados – Enfoque nas Relações de Trabalho. São Paulo: LTR, 2021.

DALLARI, Analluza Bolivar; MONACO, Gustavo Ferraz (coord.) – LGPD na Saúde. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

TEIXEIRA, Tarcisio – Direito Digital e Processo Eletrônico. São Paulo: Saraiva, 2020.

FUX, Luis; ÁVILA, Henrique; CABRAL, Trícia Navarro Xavier – Tecnologia e Justiça Multiportas. São Paulo: Foco, 2021.

Bibliografia complementar:

BAGNOLI, Vicente; FLORÊNCIO, Juliana (Coord.). Lei Geral de Proteção de Dados e sua intersecção entre a proteção de dados pessoais, proteção dos consumidores e proteção da concorrência. Belo Horizonte: D´Plácido, 2021.

CASCAES, Amanda Celli; BRESEGHELLO, Fabíola Meira de Almeida; TUTIKIAN, Priscila David Sansone (Coord.) – Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados à luz do Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Singular, 2020.

FERREIRA, Dâmares (Coord.) – LGPD aplicada à educação. Curitiba: CRV, 2021.

Disciplina: TÓPICOS ESPECIAIS EM PROTEÇÃO DE DADOS III

Carga horária: 1 h/a

Objetivos: Capacitar o público-alvo a compreender e enfrentar os desafios impostos à prática profissional jurídica que tangenciam a temática de proteção de dados pessoais.

Conteúdo programático:

- Proteção de dados no âmbito das Relações de Trabalho;
- Proteção de dados na Saúde;
- Proteção de dados pessoais na Educação;
- Proteção de dados pessoais no âmbito das relações de consumo;
- Proteção de dados pessoais, Processo Civil e resoluções online de disputas.

Bibliografia básica:

CALCINI, Ricardo (Coord.) – LGPD e Compliance Trabalhista: os desafios atuais do Direito do Trabalho. São Paulo: JH Mizuno, 2021.

CARLOTTO, Selma – Lei Geral da Proteção de Dados – Enfoque nas Relações de Trabalho. São Paulo: LTR, 2021.

DALLARI, Analluza Bolivar; MONACO, Gustavo Ferraz (coord.) – LGPD na Saúde. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

TEIXEIRA, Tarcisio – Direito Digital e Processo Eletrônico. São Paulo: Saraiva, 2020.

FUX, Luis; ÁVILA, Henrique; CABRAL, Trícia Navarro Xavier – Tecnologia e Justiça Multiportas. São Paulo: Foco, 2021.

Bibliografia complementar:

BAGNOLI, Vicente; FLORÊNCIO, Juliana (Coord.). Lei Geral de Proteção de Dados e sua intersecção entre a proteção de dados pessoais, proteção dos consumidores e proteção da concorrência. Belo Horizonte: D´Plácido, 2021.

CASCAES, Amanda Celli; BRESEGHELLO, Fabíola Meira de Almeida; TUTIKIAN, Priscila David Sansone (Coord.) – Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados à luz do Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Singular, 2020.

FERREIRA, Dâmares (Coord.) – LGPD aplicada à educação. Curitiba: CRV, 2021.

Disciplina: TÓPICOS ESPECIAIS EM PROTEÇÃO DE DADOS IV

Carga horária: 3 h/a

Objetivos: Capacitar o público-alvo a compreender e enfrentar os desafios impostos à prática profissional jurídica que tangenciam a temática de proteção de dados pessoais.

Conteúdo programático:

- Proteção de dados no âmbito das Relações de Trabalho;
- Proteção de dados na Saúde;
- Proteção de dados pessoais na Educação;
- Proteção de dados pessoais no âmbito das relações de consumo;
- Proteção de dados pessoais, Processo Civil e resoluções online de disputas.

Bibliografia básica:

CALCINI, Ricardo (Coord.) – LGPD e Compliance Trabalhista: os desafios atuais do Direito do Trabalho. São Paulo: JH Mizuno, 2021.

CARLOTTO, Selma – Lei Geral da Proteção de Dados – Enfoque nas Relações de Trabalho. São Paulo: LTR, 2021.

DALLARI, Analluza Bolivar; MONACO, Gustavo Ferraz (coord.) – LGPD na Saúde. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

TEIXEIRA, Tarcisio – Direito Digital e Processo Eletrônico. São Paulo: Saraiva, 2020.

FUX, Luis; ÁVILA, Henrique; CABRAL, Trícia Navarro Xavier – Tecnologia e Justiça Multiportas. São Paulo: Foco, 2021.

Bibliografia complementar:

BAGNOLI, Vicente; FLORÊNCIO, Juliana (Coord.). Lei Geral de Proteção de Dados e sua intersecção entre a proteção de dados pessoais, proteção dos consumidores e proteção da concorrência. Belo Horizonte: D´Plácido, 2021.

CASCAES, Amanda Celli; BRESEGHELLO, Fabíola Meira de Almeida; TUTIKIAN, Priscila David Sansone (Coord.) – Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados à luz do Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Singular, 2020.

FERREIRA, Dâmares (Coord.) – LGPD aplicada à educação. Curitiba: CRV, 2021.

5.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do desempenho escolar será feita por disciplina, por meio de provas no sistema Gran Cursos, e terá por base o sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) ponto, considerando-se aprovado(a) aquele que alcançar a nota mínima de 70(setenta) pontos.

5.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Será opcional.

5.6. ATIVIDADE DE EAD

Aulas expositivas, mesclando a teoria com casos práticos apresentados pelos docentes por meio de suas experiências profissionais e acadêmicas.

5.7. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE UNIDADES CURRICULARES CURSADAS ANTERIORMENTE

O aproveitamento de estudos dar-se-á por equivalência ou isenção de disciplinas, caso o(a) aluno(a) já tenha cursado disciplina com carga horária e conteúdo programático compatíveis ou idênticos entre si. O pedido de aproveitamento de disciplinas será analisado pela coordenação do curso.

6. Coordenação do Curso

6.1. COORDENADOR DO CURSO

Mariana Almeida de Sousa Talouki

Doutora em Direito em Cibersegurança pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Mestre em Direito Constitucional pela Unifor/CE. Coordenadora-Geral de Relações Institucionais e Internacionais da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

E-mail: mariana.talouki@anpd.gov.br

Telefone: (61) 98229-1985

6.2. CORPO DOCENTE

Unidade Curricular	Docente(s)	Titulação	Carga Horária
Direitos Humanos	Alice Rocha	Doutora	40h
Crimes Virtuais	Luiz Augusto D'Urso	Especialista	16h
	Marcelo Ribeiro	Doutor	
Gestão de Segurança da Informação e Normas 27001-27002 e 27005	Washington Almeida	Mestre	60h
Legislação Aplicada à Segurança da Informação	Jósis Alves	Especialista	30h
Governança e Regulação da Internet	Luana Lund	Mestra	8h
Regulação das Plataformas Digitais, Anonimato, Liberdade de Expressão e Fake News	Luana Lund	Mestra	8h

Unidade Curricular	Docente(s)	Titulação	Carga Horária
Inteligência Artificial, Machine Learning, 5G, Internet das Coisas e Cidades Inteligentes	Marcelo Guedes	Mestre	4h
Blockchain, Criptomoedas e Contratos Inteligentes	Marcelo Guedes	Mestre	4h
Startups, SandBox Regulatório, Open Banking e Fintechs	Gustavo Schneider	Mestre	4h
Política Nacional de Segurança da Informação e Estratégia Nacional de Segurança Cibernética	Danilo Christóforo	Mestre	19h
Segurança Cibernética – Histórico, Desconfusão Conceitual, Definições e Natureza Jurídica	Danilo Christóforo	Mestre	20h
Mecanismos Constitucionais para Efetivação de Direitos Frente às Novas Tecnologias	Marília Gagliardi	Especialista	10h
Marco Legal da Proteção de Dados: Cenário Global, Europeu e Regional	Cleórbete Santos	Mestre	12h
Marco Legal da Proteção de Dados no Brasil: da Lei de Acesso à Informação ao Marco Civil da Internet e à Lei Geral de Proteção de Dados	Gustavo Schneider	Mestre	12h
Definições, Princípios de Proteção de Dados Pessoais e Direitos do Titular de Dados Pessoais	Lucas dos Anjos	Doutor	16h
Bases Legais do Tratamento de Dados Pessoais no Âmbito da LGPD: Consentimento e Legítimo Interesse	Marília Gagliardi	Especialista	12h
Relatórios de Impacto de Dados Pessoais, Agentes de Tratamento e o Papel do Encarregado	Thiago Guimarães Moraes	Mestre	10h
Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados	Rodrigo Santana dos Santos	Mestre	20h
Transferências Internacionais de Dados Pessoais	Lucas dos Anjos	Doutor	20h
Boas Práticas de Segurança da Informação à Luz da LGPD e Comunicação de Incidentes	Marcelo Guedes	Mestre	16h
Tópicos Especiais em Proteção de Dados	Rodrigo Santana dos Santos	Mestre	12h
Tópicos Especiais em Proteção de Dados II	Marília Gagliardi	Especialista	3h
Tópicos Especiais em Proteção de Dados III	Cleórbete Santos	Mestre	1h
Tópicos Especiais em Proteção de Dados IV	Gustavo Schneider	Mestre	3h
Metodologia da Pesquisa Científica (opcional)	Julianna Moreira	Mestra	40h

6.3. BIBLIOTECA

Não haverá uma biblioteca física, em razão da natureza do curso. Caberá ao docente indicar em aula a bibliografia básica e complementar.

7. Estágio

7.1. Este curso de pós-graduação contempla, como diretriz curricular, apenas o estágio não obrigatório, assim considerado aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular obrigatória, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, devendo-se celebrar Termo de Compromisso de Estágio, como Instrumento Jurídico entre a Instituição de Ensino, a parte Concedente e o estagiário em cláusulas que estabeleçam as condições gerais (vigência, eventual bolsa e jornada de trabalho, compatível com as atividades escolares e nos limites legais) bem como as obrigações da Instituição de Ensino, em relação aos estágios de seus educandos; e as obrigações da parte concedente.

7.2. As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo aluno, são equiparadas ao estágio.

7.3. Deve-se haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

7.4. O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da Instituição de Ensino e por Supervisor da parte concedente, comprovado por vistos em relatórios de atividades a serem apresentados pelo aluno, em prazo não superior a 6 (seis) meses, e por menção de aprovação final.

7.5. Os relatórios periódicos e o final devem ser apresentados à instituição de ensino, com a descrição pormenorizado das atividades, inclusive com a natureza do estágio e jornada, e com a assinatura do supervisor da parte concedente.

7.6. Os relatórios periódicos do estagiário serão incorporados ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do aluno.

7.7. Quando devidamente formalizado, as atividades de estágio podem, a pedido do interessado ser acrescidas à carga horária regular e obrigatória, com o objetivo de acrescentar a carga horária respectiva como atividade complementar no certificado.